

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: MP acaba com subsídio a fonte renovável de energia.....	3
Título: Angra 3 e tarifa na região Norte também são alvo	4
Título: Setor elogia medida e vê mais clareza sobre retirada efetiva de subvenção.....	5
Título: Rede Ale lança programa de fidelidade com a Livel.....	7
Título: Belo Horizonte conclui troca de iluminação pública	8
Título: Abertura do gás estimula concorrência por mercado	10
Título: Lei acelera retomada da indústria nacional, diz Abiquim.....	12
Título: ANM publica edital para licitação de áreas para pesquisa mineral.....	14
Título: Braskem tem venda recorde de resinas	15
Título: BR Partners pode levantar até R\$ 885,8 milhões em oferta inicial de ações	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Óleo ainda marca, um ano depois, a vida de pescadores.....	17
Título: Pesquisa indica os profissionais mais requisitados pela economia verde.....	19
Título: 'Vamos atrair a iniciativa privada com pegada verde'	21
Título: Senado aprova lei com normas mais duras para barragens.....	23
Título: Impacto ambiental piorou em 2020, diz professor	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Conta de luz cairá na Amazônia e pode subir no Sul e no Sudeste	25
VEÍCULO: O Globo.....	27
Título: 'Os incentivos recebidos já foram suficientes'	27
Título: Bolsonaro assina MP para amenizar alta da conta de luz	30
Título: Por falta de pagamento, Light corta a luz da prefeitura.....	31

VEÍCULO: Correio Braziliense.....	32
Título: MP pode baratear conta de luz	32
Título: ICMS evita preço menor da gasolina	33

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2020****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: MP acaba com subsídio a fonte renovável de energia**

O governo desativou uma “bomba tarifária” que vinha sendo progressivamente armada para o futuro ao eliminar, em medida provisória (MP) publicada ontem, subsídios concedidos para novas usinas de fontes renováveis.

O alvo da medida é o desconto de 50% na tarifa-fio, cobrada pelo uso das redes. O benefício é dado a quatro modalidades de geração: usinas eólicas, fotovoltaicas, de biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

No mercado livre, que tem crescido rapidamente, o desconto é dado aos grandes consumidores e favorece a ampliação dos projetos incentivados. Os subsídios já pesam cerca de R\$ 4 bilhões ao ano nas contas de luz dos demais consumidores, incluindo os residenciais, por meio de encargo embutido na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

É um incentivo que aumenta de R\$ 400 milhões a R\$ 500 milhões todos os anos, segundo o **Ministério de Minas e Energia**, e ninguém sabe onde pode parar. Até porque novas usinas de fontes renováveis continuam saindo do papel, e o mercado livre ainda está em expansão.

Na visão do governo, esses empreendimentos eram merecedores de incentivos há 15 ou 20 anos, quando começavam a ser implementados no país. De uns tempos para cá, no entanto, a avaliação oficial é que eles já são suficientemente competitivos para vender energia aos consumidores livres sem nenhum subsídio. Tanto que usinas eólicas e solares já conseguem, nos leilões do mercado regulado, preços inferiores aos praticados por grandes hidrelétricas ou térmicas movidas a combustíveis fósseis.

Por isso, a MP 998 acaba com esse incentivo. Não é de uma vez - sob a justificativa de que é preciso valorizar a segurança jurídica e a previsibilidade no setor elétrico. Nada muda, até o fim da outorga de cada usina (contratos de 20 anos ou mais), para quem já goza do benefício.

Pedidos de outorga para novas usinas feitos nos próximos 12 meses também vão continuar usufruindo do benefício. Desde que essas usinas entrem em operação até 48 anos depois do ato de autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Busca-se evitar, assim, o que o ministério chama de “comércio de papel” entre empresários do setor de olho na preservação dos descontos. Para usinas que fornecem para o mercado regulado e tenha sua energia descontratada pelas distribuidoras, não haverá desconto na tarifa-fio para a venda dos megawatts aos consumidores livres.

De forma vaga, antecipando-se a eventuais críticas de que extingue um incentivo para energias limpas em tempos de luta contra o aquecimento global, a MP estabelece: “O Poder Executivo federal definirá diretrizes para a implementação no setor elétrico de mecanismos para a consideração dos benefícios ambientais relacionados à baixa emissão de gases causadores do efeito estufa. Dá, inclusive, um prazo de 12 meses para essa definição. Mas, de concreto, isso não traz implicações.

A estratégia política do governo, nesse caso, chama a atenção. Falar em corte de subsídios é sempre mexer em um vespeiro diante da pressão de grupos organizados no Congresso Nacional. Outras tentativas não foram adiante.

Dois projetos de lei em tramitação- o PLS 232/2016 no Senado e o PL 1.917/2015 na Câmara - atacam justamente esses pontos. No comunicado de divulgação da MP, 998 o governo ressalta que a iniciativa de eliminar esses incentivos está “alinhada” com as propostas dos congressistas. Mas basta olhar o ano de apresentação dos projetos para verificar como essas discussões são complexas, demoradas e sujeitas a fortes lobbies.

Ao incluir a questão dos subsídios explosivos para fontes renováveis em uma medida provisória que trata essencialmente de amenizar tarifas de energia em distribuidoras do Norte e do Nordeste, ponto sempre sensível para as influentes bancadas das duas regiões, o governo consegue acelerar as discussões. Resta ver como vão se mobilizar as forças no Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Daniel Rittner — De Brasília

Título: Angra 3 e tarifa na região Norte também são alvo

MP dá ultimato ao governo do Amapá para privatizar a distribuidora estadual em 2021

A decisão de propor a suspensão de novos subsídios para as fontes renováveis, que já contam com participação relevante no mercado de energia, veio acompanhada de ajustes para resolver outros problemas que se arrastavam no setor. O texto da MP 998/20 prevê a concessão de desconto na tarifa de

consumidores do Norte, adequação do modelo de contratação de Angra 3 para agilizar o plano de retomada das obras e um ultimato ao governo do Amapá para privatizar a distribuidora estadual em 2021.

Na tentativa de dar sustentação financeira a Angra 3, o governo definiu diretrizes para assinar nova autorização de operação, estabelecer mecanismos de ajuste no preço de venda da energia e incorporar ganhos financeiros na contratação de fornecedores em favor do consumidor.

Para garantir agilidade à retomada das obras, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) recebeu a atribuição de aprovar a autorização para operar a usina nuclear pelo prazo de 50 anos, prorrogáveis por mais 20 anos e o novo contrato de comercialização da energia.

Ainda na área nuclear, o governo tornou 100% públicas duas estatais de funções estratégicas: Indústrias Nucleares do Brasil (INB), responsável pela produção de combustível nuclear, e Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), que fabrica componentes para o setor, indústria de defesa e segmentos de infraestrutura. Essa movimentação tem sido associada à nova configuração de órgãos e estatais com atividades nucleares que devem receber a Eletronuclear após a privatização da Eletrobras.

No setor elétrico, a MP 998 definiu uma possibilidade de oferecer desconto na conta de luz dos consumidores atendidos pelas distribuidoras deficitárias da região Norte. A decisão, porém, prevê o aumento de encargos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) com impacto para consumidores de outras regiões. Foram projetadas reduções de 5% no Amazonas, 9% no Acre, 11% em Rondônia e 13% em Roraima.

No caso da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), o governo deu até 30 de junho do próximo ano para o Estado fazer a privatização. Hoje, a distribuidora estadual fornece energia sem contrato de concessão, pois foi impedida de renovar a outorga anos atrás por não cumprir os requisitos mínimos de gestão e eficiência na oferta do serviço.

O prazo inicial havia encerrado em fevereiro de 2018, mas foi prorrogado com a medida provisória.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2020

Seção: Brasil

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Setor elogia medida e vê mais clareza sobre retirada efetiva de subvenção

Avaliação é que, com inclusão do tema na MP 998, governo antecipou passo já previsto no plano de modernização do segmento

No radar do governo e do mercado há anos, o fim dos benefícios tarifários às fontes incentivadas de energia (PCH, biomassa, eólica e solar) foi visto com bons olhos por agentes do setor elétrico. A avaliação é que, ao incluir esse tema na medida provisória 998, o governo antecipou um passo já previsto no plano de modernização do setor elétrico e trouxe mais clareza sobre a retirada efetiva desses subsídios.

O texto da MP estabelece um período de transição para o fim dos descontos nas tarifas de transmissão (Tust) e distribuição (Tusd) de novas usinas de fontes incentivadas. Os benefícios estão mantidos para as outorgas vigentes.

Para a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, a medida está alinhada ao projeto de modernização do setor elétrico. “Se pudéssemos ficar com esse incentivo, seria bom. Por outro lado, estamos vendo um direcionamento do governo para a modernização do setor, o ajuste do modelo é fundamental para a sociedade e para o país. Não adianta mantermos o ‘status quo’ de algo que não se sustenta no longo prazo”, afirmou.

Questionada sobre impactos da medida na competitividade de projetos eólicos, Elbia destaca que o importante é não haver assimetria de regras entre as fontes. “A régua tem que ser ajustada para todo mundo.” Ela reconhece, porém, que a medida pode suscitar resistências em parte do setor e gerar um debate mais acalorado.

Em análise preliminar, a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) avaliou que mudanças nos incentivos devem ser feitas de forma isonômica. “Se o governo for propor a retirada de incentivos, ela precisa ser transversal e aplicada a todas as fontes e tecnologias de geração que têm incentivos via CDE, renováveis e não renováveis, como carvão mineral e gás natural”, disse o presidente da entidade, Rodrigo Sauaia.

Raphael Gomes, sócio do escritório Demarest, afirma que a medida reduz a insegurança jurídica existente desde o início das discussões sobre o tema, em 2017, com o lançamento da consulta pública (CP) 33. “Começou a ter muita dúvida no mercado só com o receio de mudança na sistemática de descontos.” Segundo ele, esse tema era “campeão” de consultas dos clientes que estão negociando projetos de autoprodução de energia ou contratos de compra e venda de energia (PPAs) de longo prazo.

A sócia do escritório Machado Meyer Ana Karina chama atenção para a discussão sobre os “atributos ambientais” das fontes, que poderiam vir como

uma espécie de compensação pela retirada dos benefícios. A MP 998 prevê que serão estabelecidos mecanismos para a “consideração dos benefícios ambientais relacionados à baixa emissão de gases causadores do efeito estufa”. “Isso foi colocado na mesa de forma muito genérica. O ideal seria ter uma visibilidade do que está se pensando quando se fala em ‘atributos ambientais’.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Rede Ale lança programa de fidelidade com a Livel

A rede Ale, distribuidora de combustíveis controlada pela anglo-suíça Glencore, vai colocar na rua na próxima semana um novo programa de fidelidade, voltado ao consumidor final e desenvolvido com a Livel. A empresa já oferece um programa de recompensas para seus revendedores, o Clube Ale, mas faltava um plano que atendesse ao último elo da cadeia de valor. “O grande desafio era ter um programa que chegasse ao consumidor sem afetar ainda mais as margens da revenda”, contou ao **Valor** o diretor de Marketing e Varejo da rede, Diego Pires.

Para a Livel, que exibirá um ícone exclusivo para a distribuidora de combustíveis dentro de seu aplicativo, a parceria, a maior firmada pela empresa de fidelidade neste ano, representa o primeiro passo no dia a dia do consumidor final. “Essa parceria é estratégica para nós”, disse o diretor de Relações Comerciais e Trade Marketing da Livel, Marcelino Cruz.

Depois dessa parceria, a empresa de fidelidade quer avançar para os segmentos de farmácias, supermercados e varejo pet. Em distribuição de combustíveis, contudo, o modelo desenhado com a Ale garante exclusividade. Inicialmente, o plano era lançar o novo programa de recompensas ainda no primeiro semestre, mas a pandemia de covid-19 empurrou o cronograma para a frente.

Embora as empresas já tenham conduzido testes em cinco postos da rede - em São Paulo, Minas Gerais e Brasília -, o lançamento oficial está marcado para a próxima quarta-feira. Até o fim do ano, a meta é alcançar ao menos 200 postos participantes, entre os cerca de 1,5 mil que compõem a rede. Os primeiros 200 revendedores terão isenção de custo.

Hoje, de fato, o momento é mais favorável à apresentação de quaisquer novidades nos postos de combustíveis do país. Depois da queda de até 80% na demanda em determinadas regiões, assim que foram anunciadas as primeiras medidas de isolamento para conter o avanço da covid-19, as vendas de

combustíveis do ciclo Otto (gasolina e etanol) já mostraram recuperação. Em agosto, o tráfego mais forte de veículos nas estradas contribuiu para o aumento da demanda e, mantido o ritmo atual, os volumes poderão voltar aos níveis pré-crise em outubro, quando as aulas serão retomadas em mais cidades.

Por meio do novo programa de fidelidade, o consumidor poderá usar pontos da Livelu nos postos participantes da Ale e trocar por descontos de até 50% nas compras na rede, além de acumular pontos no abastecimento e aquisição de serviços ou produtos na rede, incluindo as unidades de serviços automotivos Ale Express e as lojas de conveniência Entrepasto. A cada R\$ 3 gastos em abastecimento, serviços ou compras nos postos, o cliente acumula 1 ponto Livelu.

“Quando o consumidor utiliza os pontos, o revendedor receberá o valor cheio, sem considerar o desconto, que é bancado pela coalizão”, explicou Pires. Segundo o executivo, o fato de haver uma coalizão de parceiros é uma das principais vantagens do programa com a Livelu. Além disso, aqueles que já têm o programa de fidelidade não dependerão exclusivamente do consumo em postos da rede para pontuar. Uma das maiores em seu mercado, a Livelu tem mais de 20 milhões de clientes em todo o país, número de parceiros superior a 180 parceiros e oferece mais de 800 mil itens para resgate.

Há cerca de uma década, a Ale chegou a adotar um primeiro programa de fidelidade voltado ao consumidor final, da Dotz. A experiência, contudo, não avançou. Com a chegada da Glencore à gestão da distribuidora de combustíveis, a estratégia foi retomada e a parceria com a Livelu fechada em meados do ano passado. Conforme Pires, o lançamento do programa faz parte de uma estratégia maior de expansão da Ale, que inclui a conversão de 250 postos bandeira branca em 2020 - o plano foi traçado antes da pandemia.

O acúmulo e resgate de pontos serão realizados pelo aplicativo da Livelu, que pode ser baixado na Google Play ou na Apple Store. Também será possível pesquisar os postos participantes do programa que estão mais próximos do consumidor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: Belo Horizonte conclui troca de iluminação pública

A empresa privada que detém o contrato de iluminação nas ruas e avenidas de Belo Horizonte encerra nos próximos dias a troca de todas as lâmpadas da cidade por lâmpadas led, que são mais econômicas.

A troca de um total de 182 mil lâmpadas começou a ser feita em outubro de 2017 e, pelo contrato assinado, precisaria ser finalizada até outubro deste ano.

Mas segundo a empresa, a BHIP, formada por três construtoras mineiras, as últimas trocas serão feitas até meados deste mês.

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que desde 2017 vem ajudando na estruturação de parcerias públicas privadas de iluminação pelo país, a troca de 100% das lâmpadas em Belo Horizonte está entre as primeiras do Brasil.

“Apesar do cenário aquecido de PPPs de iluminação pública no país, parte relevante das que já tiveram seus contratos assinados ainda estão em estágio de modernização de seu parque de iluminação, como é o caso de Porto Alegre e Teresina”, disse o banco por meio de nota.

O BNDES ajudou a estruturar a PPP de Belo Horizonte, Porto Alegre, Teresina e também em Vila Velha, Macapá, Petrolina, Caruaru e Curitiba.

Marcelo Menegatto, diretor de engenharia e tecnologia da BHIP, disse que o principal fornecedor das lâmpadas para o contrato na capital mineira foi a Signify - novo nome do negócio de lâmpadas do grupo Phillips.

“A estimativa é que o município economize R\$ 25 milhões por ano com a iluminação pública”, afirmou Menegatto.

O contrato foi assinado em 2016 pelo então prefeito Márcio Lacerda e executado durante a gestão do atual prefeito e candidato à reeleição, Alexandre Kalil (PSD).

De acordo com o diretor da BHIP, a pedido do atual prefeito, a troca das lâmpadas começou a ser feita por regiões da periferia da cidade e o prazo para a substituição total foi reduzido de cinco para três anos.

O contrato de R\$ 1 bilhão e duração de 20 anos prevê ainda que empresa responsável pela troca das lâmpadas faça a manutenção dos pontos de luz e também a expansão da iluminação ao longo dos próximos anos.

Com a etapa da troca das lâmpadas concluída, a empresa passa a receber uma contraprestação mensal por parte da prefeitura de cerca de R\$ 4,5 milhões.

A empresa investiu até agora cerca de R\$ 400 milhões na troca das lâmpadas e na instalação de um sistema de medição de consumo mais preciso e de controle à distância da intensidade da iluminação, disse Menegatto.

Segundo o executivo, os sócios da BHIP - as construtoras Barbosa Mello, a Remo Engenharia e a Selt Engenharia - apostam em novos contratos de iluminação pública pelo país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Abertura do gás estimula concorrência por mercado

A abertura do mercado brasileiro de gás natural deu mais um passo, nesta semana, com a aprovação da Nova Lei do Gás, na Câmara. Na expectativa de que o novo marco legal abrirá caminho para uma maior competição, numa indústria hoje amplamente dominada pela Petrobras, empresas têm buscado se posicionar no tabuleiro, para concorrer com a estatal nesse novo negócio em construção.

Produtores de gás no Brasil e fornecedores globais de gás natural liquefeito (GNL), como a Shell, Equinor, Repsol, Galp, Eneva e BP, e comercializadoras de gás - como a Compass (Cosan) e Gas Bridge (que conta com investimentos da Lorinvest) - despontam como candidatos a concorrentes da Petrobras nos próximos anos. Outros agentes como a Prumo Logística e a Golar, principais investidores privados de terminais de GNL no país, além da Engie e Brookfield - donas das transportadoras TAG e NTS, respectivamente - têm preenchido um espaço cada vez mais aberto à iniciativa privada na infraestrutura do gás.

Clima entre petroleiras, transportadoras e grandes consumidores era de vitória após aprovação na Câmara

Um dos grandes méritos da Nova Lei do Gás é obrigar a Petrobras a abrir para terceiros a sua infraestrutura - como gasodutos de escoamento, unidades de processamento e terminais de GNL. O objetivo do projeto de lei, que segue agora para o Senado, é eliminar um dos principais entraves à abertura: a dificuldade de produtores e fornecedores de GNL de acessar o mercado consumidor, devido à posição dominante da estatal brasileira na infraestrutura.

Hoje, a Petrobras responde por 76% da produção total de gás no Brasil. Na prática, contudo, ela é praticamente a única fornecedora relevante do mercado. Isso porque outros importantes produtores, como a Shell, Repsol, Petrogal e Equinor, sócias da estatal em campos produtores, vendem suas parcelas de gás

para a própria Petrobras, porque enxergam dificuldades no acesso ao mercado. Pela lei vigente, o dono da instalação não é obrigado a abrir capacidade.

O cenário, contudo, está mudando. A estatal brasileira se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a não comprar mais gás de seus parceiros e a negociar o acesso - remunerado - a sua infraestrutura. A expectativa da Petrobras é que, com a consolidação da abertura do mercado nos próximos anos, ela passe a responder por 50% da oferta de gás no país.

Alguns desses contratos de compra de gás de terceiros começam a vencer já entre 2021 e 2022, o que tem gerado uma corrida dessas empresas ao mercado, na tentativa de assegurarem um destino para seus volumes. Um desses produtores é a Equinor, que tenta viabilizar contratos já para o ano que vem, para a parcela de gás a que tem direito no campo de Roncador, no pós-sal da Bacia de Campos. A norueguesa também busca tirar do papel o projeto de produção da descoberta de Pão de Açúcar e procura clientes, em conjunto com a sua sócia Repsol Sinopec.

A vice-presidente de comercialização da empresa no Brasil, Cláudia Brun, conta ao **Valor** que a companhia tenta negociar o gás de Roncador tanto com indústrias, no mercado livre, quanto com distribuidoras. Ela destaca que a Nova Lei do Gás, se aprovada no Senado, é um passo muito importante para diminuir incertezas, mas que o projeto é apenas o começo de uma agenda regulatória mais ampla, que ainda precisa avançar.

“Existem ainda desafios grandes [para a abertura do mercado] por não haver clareza sobre algumas questões regulatórias”, disse a executiva, ao citar, como exemplo, a falta de um calendário de chamadas públicas para contratação de capacidade dos gasodutos - etapa fundamental para que os vendedores consigam entregar o gás aos clientes por meio malha existente.

Outra multinacional que corre contra o tempo para monetizar o seu gás é a Shell. O presidente da empresa no Brasil, André Araujo, disse que a Nova Lei do Gás é um “excelente passo” para a abertura do mercado, mas que o Brasil ainda precisa continuar a aperfeiçoar a regulação do setor. Ele citou a necessidade de ajustes nas regras dos leilões de energia para possibilitar a contratação de termelétricas que consumam o gás do pré-sal. A Shell tenta tirar do papel o projeto de Gato do Mato, na Bacia de Santos, e vê na geração a gás uma estratégia de integração da companhia.

“Se quisermos participar do leilão de energia [com uma térmica que consuma o gás de Gato do Mato, por exemplo], temos que mostrar que possuímos reserva e infraestrutura para atender à usina. Mas para nós, do ponto de vista do investidor, precisamos saber como vai ser o acesso desse gás ao mercado, para

justificar o investimento em infraestrutura”, disse. “É aquela discussão sobre o que vem primeiro: o ovo ou a galinha”, completou.

A Shell já é sócia de uma termelétrica em construção em Macaé (RJ), junto com o Pátria Investimentos e a Mitsubishi, e tenta replicar o modelo. No caso específico da usina Marlim Azul (565 megawatts), ela consumirá gás da parcela da Shell nos campos operados pela Petrobras no pré-sal e que já têm infraestrutura de escoamento pronta.

O clima entre as petroleiras, transportadoras e grandes consumidores era de vitória ontem, após a aprovação na Câmara. O Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP) comemorou o avanço da tramitação do tema no Congresso, por criar as bases para investimentos e para um mercado competitivo.

Para o presidente da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto, a expectativa é que, conforme a abertura do mercado se consolide, novos agentes comecem a aparecer. “A lei não assina contrato, mas dá um passo certo para que a competição apareça. Veremos cada vez mais novos ofertantes, comercializadores privados, investimento em estocagem. Os desinvestimentos da Petrobras em águas rasas e em terra trazem também agentes novos. Um mercado mais aberto cria um ambiente mais propício para que produtores menores criem seus modelos de negócios”, comenta.

Dentre os pequenos produtores com vocação para o gás estão, por exemplo, a 3R Petroleum, que se consolidou, via aquisições, como o maior produtor de gás do Rio Grande do Norte; e a Alvopetro, dona da primeira unidade de processamento privada do país, construída por ela própria na Bahia.

Já o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, acredita que o projeto de lei aprovado pode não ser suficiente para viabilizar os novos projetos de gás do pré-sal. O consultor apoia o pleito das distribuidoras na defesa da inclusão, em lei, de incentivos à expansão da malha de gasodutos por meio da instalação de térmicas no interior. Segundo Pires, o mercado de gás atual não é suficiente para absorver o crescimento esperado da oferta. Os demais agentes alegam, por sua vez, que a competição reduzirá os preços, trazendo competitividade para a reindustrialização do país, e, assim, aquecer a demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Lei acelera retomada da indústria nacional, diz Abiquim

A aprovação na Câmara dos Deputados do projeto de lei 6.407/2013, que institui o novo marco regulatório do gás natural, representa um passo importante para a retomada da indústria nacional, na avaliação da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Ao mesmo tempo, pavimentava o caminho para que pelo menos US\$ 10 bilhões em investimentos, somente nesse setor, sejam desengavetados. E recoloca o país no mapa de projetos que, até agora, eram direcionados para outros mercados ao começar a restabelecer a competitividade do produto químico brasileiro.

“A aprovação do PL pode contribuir para a reconstrução de linhas produtivas que migraram para outros países devido ao elevado custo de matéria-prima e energia”, disse em nota o presidente-executivo da entidade, Ciro Marino. Hoje, metade do gás produzido no Brasil é destinado à indústria e o setor químico é responsável por 25% do consumo industrial do insumo, usado como energia e matéria-prima. Em determinados segmentos, pode representar entre 70% e 90% dos custos com matéria-prima.

Com a aprovação na Câmara, diferentes setores industriais já começaram a se mobilizar para pedir que o novo marco do gás trâmite em regime de urgência também no Senado. A percepção é a de que as novas regras poderiam ser sancionadas ainda em 2020 se o rito mais acelerado se mantiver. Mais de 60 entidades têm trabalhado pela aprovação do projeto de lei, sem emendas, entre as quais a Abiquim.

Alguns dos benefícios do novo marco, segundo a diretora de Economia e Estatística da entidade, Fátima Giovanna Coviello Ferreira, poderão ser vistos já no curto prazo. “Pode levar um ou dois anos para que o gás fique mais barato para o consumidor final. Mas o projeto de lei tem efeito na percepção do investidor, dá segurança jurídica para que alguns investimentos sejam destravados”, explica a executiva.

Na indústria química, há três fortes candidatos a novos investimentos no país: ureia, amônia e metanol. As duas primeiras são usadas principalmente na obtenção de fertilizantes e o metanol, no biodiesel. Hoje, o país depende da importação desses produtos e há espaço para a instalação de novas fábricas, seja pelo tamanho do mercado, seja pelo crescimento orgânico da demanda.

Em paralelo às discussões sobre o projeto de lei, a indústria tem mantido conversas com os Estados para garantir que as regras locais não anulem avanços obtidos via legislação federal e buscar tarifas de distribuição mais adequadas. “A partir da lei do Gás, é possível batalhar por tarifas de distribuição competitivas com os Estados”, afirma.

O custo elevado do gás no mercado brasileiro, que pode ser até quatro vezes superior ao visto na Europa e nos Estados Unidos, tem contribuído para a elevação da fatia dos produtos químicos importados na demanda brasileira. Neste ano, essa participação chegou a 46%, enquanto a ociosidade na indústria local ultrapassa 30%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: ANM publica edital para licitação de áreas para pesquisa mineral

Pelo texto, serão concedidas 502 reservas dos chamados “minerais agregados”, como areia e brita

A Agência Nacional de Mineração (ANM) publica hoje o edital para licitação de áreas para pesquisa mineral. Esse processo estava previsto para dezembro mas, segundo o diretor da ANM, Eduardo Leão, sofreu atrasos em função dos processos da agência e logo depois veio a pandemia.

“Nesse tempo, conseguimos realizar um processo mais claro para o investidor. Serão 502 áreas disponibilizadas de um total de 20 mil reservas catalogadas na agência. Até dezembro, devemos abrir mais um processo com até 1 mil áreas mais sortidas, não setorizado”, afirmou Leão.

Este primeiro lote, segundo ele, vai compreender reservas dos chamados “minerais agregados” - pedra britada, areia, cascalho e cerâmicos. Esses minerais, após a extração, são utilizados principalmente na construção civil, em obras imobiliárias e de infraestrutura.

O processo da licitação será feito em duas etapas: uma oferta pública, para quando houver apenas um candidato ao ativo, ou leilão, se houver mais de um interessado. Se a área não tiver nenhum interessado ou houver desistência, será considerada livre a partir do dia útil subsequente ao término do prazo, com dispensa do leilão eletrônico. “O novo processo, por meio eletrônico, será totalmente secreto e ninguém terá acesso à proposta dos interessados.”

Os interessados poderão solicitar uma área no prazo de 60 dias, contados da data de abertura da Oferta Pública Prévia. Se houver apenas uma manifestação de interesse para uma determinada área, o participante poderá protocolizar seu requerimento de título minerário no prazo de 30 dias. “A maioria das áreas estão localizadas em São Paulo e ainda não sabemos qual o valor que poderemos arrecadar com essa licitação.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2020****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes — De São Paulo****Título: Braskem tem venda recorde de resinas****Petroquímica vendeu mais de 350 mil toneladas de resinas no mercado doméstico em agosto, superando recorde anterior**

Maior fabricante de resinas das Américas, a Braskem retomou as taxas normais de operação em suas centrais petroquímicas, cuja carga média foi reduzida no segundo trimestre na esteira do avanço da covid-19, e registrou, em agosto, vendas recorde. Conforme a companhia, a normalização das taxas de utilização nas fábricas visa a atender a demanda doméstica, que tem se mostrado aquecida.

No mês passado, informou a Braskem, as vendas em volume de PVC, polipropileno (PP) e polietileno (PE) no mercado brasileiro superaram 350 mil toneladas, acima do recorde anterior, registrado em junho de 2018 após a greve dos caminhoneiros. Nas últimas semanas, a indústria nacional do plástico informou que enfrentava dificuldades em ter acesso a resinas no mercado local, em particular PVC e PP. Especificamente no PVC, a escassez de oferta é vista também no mercado internacional.

Em maio, a Braskem reduziu a taxa de utilização para 64% da capacidade. Neste momento, voltou a operar no ritmo normalizado. “Nossas instalações no Brasil têm como prioridade o atendimento ao mercado interno, que já vinha se estabilizando. Ainda assim, seguimos atendendo aos mercados estratégicos de exportação”, disse em nota o vice-presidente de Olefinas e Poliolefinas América do Sul da Braskem, Edison Terra.

Conforme a vice-presidente de Vinílicos e Especialidades da Braskem, Isabel Figueiredo, esse é um sinal de “recuperação econômica da indústria frente à pandemia”.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2020****Seção: Finanças****Autor: Talita Moreira e Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo****Título: BR Partners pode levantar até R\$ 885,8 milhões em oferta inicial de ações**

O banco de investimentos BR Partners pretende captar até R\$ 885,82 milhões em sua oferta inicial de ações (IPO), prevista para ser precificada no dia 23 de setembro. Documento apresentado pelo banco ontem aponta entre R\$ 15,17 e R\$ 18,96 a faixa indicativa de preço para as units na oferta. Cada unit será formada por uma ação ordinária e duas preferenciais.

Está prevista inicialmente a venda de 34.607.779 ações, volume que poderá ser aumentado em até 35% caso sejam oferecidos também os lotes adicional e suplementar. A oferta será primária, ou seja, levantará recursos para o caixa do BR Partners. BTG Pactual, Bank of America Merrill Lynch, Credit Suisse e Itaú BBA coordenam a operação.

Com atuação em áreas como fusões e aquisições, operações de mercado de capitais e tesouraria, o BR Partners lucrou R\$ 45,4 milhões na primeira metade deste ano, ante R\$ 33,4 milhões no mesmo período de 2019.

Duas companhias aumentaram na quarta a lista de ofertas de ações registradas na CVM. A plataforma de locação de imóveis Housi e a Açú Petróleo disponibilizaram seus prospectos preliminares.

A Açú é o maior terminal privado de petróleo do Brasil, e presta serviços de infraestrutura logística de transbordo de petróleo a grandes companhias do setor de óleo e gás, nacionais e internacionais, e produtores de petróleo, com operação no Complexo do Porto do Açú. Com tranches primária e secundária, os acionistas vendedores são a Prumo Logística e a Oiltanking GmbH.

A Açú é a segunda companhia ligada ao setor de óleo e gás na fila de oferta, dado que a 3R Petroleum registrou na terça os documentos para sua oferta. Bank of America, Bradesco BBI e Santander coordenarão a oferta.

No primeiro semestre, a receita líquida de serviços foi de R\$ 180,7 milhões, ante R\$ 91 milhões no mesmo período do ano passado. A empresa registrou prejuízo de R\$ 112,5 milhões no período, ante lucro de R\$ 1,3 milhão no primeiro semestre de 2019.

Na Housi, que ingressa numa lista de 18 empresas do setor imobiliário rumo à bolsa, a oferta será primária e secundária. O acionista vendedor é a Montanha Prateada Desenvolvimento Imobiliário SPE. Com a tranche primária, a companhia quer ampliar participação no mercado de “multifamily real estate”, com novos lançamentos e consolidação de mercado. Credit Suisse, Bank of America, UBS, Citi e Safra coordenam a oferta.

A companhia, criada pela incorporadora Vitacon e cindida este ano, se define como empresa de tecnologia e de ativos imobiliários voltados para locação - próprios ou de terceiros. A empresa é focada no segmento residencial, com

preço de locação mensal variando entre R\$ 1 mil e R\$ 10 mil, e presente na região metropolitana de São Paulo.

“Acreditamos que a nova fronteira do mercado imobiliário é a forma como as pessoas usufruem a sua moradia e por isso fomos os pioneiros na criação de uma plataforma digital de moradia”, diz a companhia no prospecto.

No primeiro semestre, a empresa teve receita de R\$ 3,21 milhões, ante R\$ 1,54 milhão no primeiro semestre do ano passado. O lucro líquido foi de R\$ 9,93 milhões de janeiro a junho, ante prejuízo de R\$ 2,73 milhões no mesmo período de 2019.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/09/2020

Seção: Metrópole

Autor: Priscila Mengue

Título: Óleo ainda marca, um ano depois, a vida de pescadores

Às manchas que atingiram todo o Nordeste e 130 cidades do País se somaram a falta de respostas e o abandono dos atingidos

O derramamento de óleo na costa brasileira, um ano atrás, está longe de ser uma tragédia superada. As manchas ainda estão presentes – debaixo da areia e de sedimentos, no fundo de manguezais, grudadas em rochas, diluídas em moléculas pelo mar e concentradas como pequenas “pedras” escuras. O petróleo está nas praias e na vida de milhares de pessoas. A falta de respostas para o caso frustra os afetados e deixa o sentimento de que, se ocorrer de novo, tudo se repetirá. Além dos danos à biodiversidade, estudos indicam que o impacto se estenderá por mais de uma década, situação que um cientista definiu como “catastrófica”.

O primeiro sinal da tragédia apareceu em Conde, na Paraíba, em 30 de agosto. O último balanço do Ibama, de março passado, aponta 130 municípios atingidos em 11 Estados – todos os do Nordeste mais Espírito Santo e Rio de Janeiro. Pelos dias e meses seguintes, o óleo chegou a mais de mil quilômetros de costa. Praias, rios, manguezais, ilhas, estuários, costões rochosos e áreas de proteção foram atingidos. Marisqueiros, pescadores e artesãos mal tiveram tempo de se recuperar dos prejuízos. Em seguida, o coronavírus agravou as dificuldades. O dinheiro aparece quase exclusivamente na forma de atividades esparsas e doações.

Uma das vítimas disso tudo é Helena Ivalde, de 33 anos, a Leninha. De uma família de marisqueiras, ela teve de sair de casa em uma madrugada de outubro para impedir que o óleo entrasse no manguezal. “Botei a mão no óleo mesmo.

Ainda bem que não afetou o mangue daqui”, lembra. A situação quase paralisou a compra de pescado na região, em Ipojuca, município turístico de Pernambuco conhecido por Porto de Galinhas. As contas ficaram ainda mais apertadas para Leninha, que aluga uma casinha de um quarto, dividida com os quatro filhos. “Não está fácil não”, lamenta.

Atingidos. Estimativas apontam que 350 mil a 500 mil pescadores foram afetados no Nordeste. A Fundação Joaquim Nabuco ouviu 4 mil deles, dos quais 67,5% tiveram queda na renda e 59,5% vivem exclusivamente da pesca artesanal. Foi o caso do portuário desempregado Vandecio de Santana, de 37 anos, que atuava como pescador e instrutor de passeios em Cabo de Santo Agostinho. Em 2019, Del, como era conhecido, viralizou na internet com um desabafo: “Parece que Deus colocou a mão debaixo do tapete, mostrando todas as sujeiras que tem no mundo. Ou a gente cuida, ou a gente vai se lascar.”

Del critica a falta de assistência aos que ajudaram a remover o petróleo – alguns dos quais tiveram náuseas, alergia e dor de cabeça. “Não sei o que pode acontecer com o meu corpo daqui a 5 anos, 10 anos”, destaca. “Não pode ficar essa dúvida. Isso aí é uma covardia com a própria saúde humana.” Diante da falta de ações para resolver o problema, ele planeja montar um laboratório de forma autodidata. “O litoral é visto como se fosse o lugar para molhar a cara, dar um mergulho e tchau. Mas o oceano não é só praia. Sem natureza, a nação não sobrevive, independentemente de ter dinheiro ou não.”

Com a pandemia, ele vê sua comunidade abatida. “Os problemas vieram em bola de neve”, descreve. “Estão deixando o povo com depressão.” Espalhado. O petróleo ainda é visto em outros Estados. Moradora de Maraú, litoral baiano, a instrutora de mergulho Stella Furlan, de 35 anos, tem três lixeiras diferentes em casa: para orgânicos, recicláveis e petróleo. Na praia, ela encontra sempre a substância petrificada. Se está de bicicleta ou caminhando, leva para casa. Na dúvida, enterra devidamente acondicionado no próprio quintal. “Morreu a história. Mas o óleo ainda chega.”

Em 2019, alguns governos chegaram a destinar o material para uso como combustível de fornos industriais. Outros fizeram descarte incorreto em lixões e aterros, deixando-o em contato com o solo e potencializando as chances de contaminação ambiental. Além do lixo, Stella também se preocupa com a fauna. A poucos dias, mergulhou pela primeira vez no ano em uma área de corais. “Os peixinhos recifais, os sargentinhos, as donzelinhas, as tesourinhas, estão doentes. Os corais, mais ainda.” Advertida para não comentar a situação nas redes sociais, ela reage: “Eu preciso do mar para viver. Se o mar não estiver legal, o que vou fazer?”

Um ano depois da chegada das manchas, outras perguntas continuam sem resposta clara. Uma das lideranças na tarefa de 2019, o gestor ambiental Sidney Leite, de 27 anos, coordenador do Salve Maracápe, põe o dedo na ferida. A falta de coordenação que se vê hoje na pandemia, ressalta, já estava clara na chegada das manchas. “É um cenário de angústia e incerteza. Parece que aconteceu há uma semana, um dia atrás.” Segundo ele, não se sabe a origem, o local, a quantidade, não se tem uma proporção do quanto foi decantado ou está impregnado em ecossistemas”. “Que investigação é essa que não tem ninguém responsabilizado? Não se aprendeu com os erros.”

Uma CPI do Óleo, instaurada no Congresso Nacional, em Brasília, está com reuniões suspensas desde março. O Estadão procurou o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Turismo, o CNPq e a Marinha do Brasil (MB) para ouvir sobre o tema, mas apenas a Marinha respondeu. Em nota, afirma que a investigação continua “de forma ininterrupta” e ressalta se tratar de um caso “complexo”, para o qual trabalha em cooperação com a Polícia Federal (PF).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/09/2020

Seção: Economia

Autor: Renato Jakitas

Título: Pesquisa indica os profissionais mais requisitados pela economia verde

Pesquisa indica os profissionais mais requisitados pela economia verde

Especialização na área ambiental revaloriza ocupações tradicionais; físicos e engenheiros estão entre os mais buscados pelas empresas

A pressão de consumidores e investidores por uma agenda mais sustentável já pode ser sentida no mercado de trabalho. Cresce entre as empresas o interesse por profissionais que atuam com processos e tecnologias que, direta ou indiretamente, reduzem os impactos ambientais e contribuem para a pauta da sustentabilidade corporativa.

Na opinião de especialistas, esse movimento, que já é relevante, deve explodir nos próximos dez anos. Um relatório da OIT, agência que pertence à Organização das Nações Unidas (ONU), aponta que o setor deve gerar 15 milhões de empregos na América Latina até 2030, a maior parte dos postos aqui no Brasil, por representar a principal economia da região.

A pedido do Estadão, o Escritório de Carreiras da USP (ECar) mapeou 11 profissões que devem ser mais afetadas pela economia verde. O levantamento mostra que, ao contrário do passado, quando se esperava que a

sustentabilidade exigiria a formação de novas profissões, hoje as fichas dos recrutadores recaem sobre ocupações tradicionais, como engenharia, física, geografia, arquitetura, química e psicologia .

O que agora faz a diferença são especializações estratégicas dentro dessas áreas, voltadas tanto para a adoção de uma economia verde por parte das empresas quanto para a conscientização dos demais profissionais envolvidos ao longo da cadeia de transformação. Assim, ganha destaque o engenheiro especializado em projetar cidades inteligentes e transportes menos poluentes, o físico que atua em energia limpa ou o geógrafo capaz de dimensionar impactos ambientais e climáticos.

“Não se pode imaginar um futuro na economia sem modificações nas relações entre o homem e o ambiente. No passado, já existia essa questão, mas agora ela ficou urgente. E os profissionais que se especializam nisso terão todo um espaço para avançar”, diz Tania Casado, professora titular da FEA-USP e diretora do ECar, responsável pelo levantamento.

Apostas. O mapeamento contou com a participação de professores e diretores da USP. Por fim, passou pela chancela da empresa de consultoria em recrutamento e seleção Robert Half. Os headhunters avaliaram quais as profissões da lista da USP já são requisitadas pelas principais empresas no País. E quais são ainda apostas para o futuro.

No âmbito das profissões que devem crescer, mas ainda não entraram no radar corporativo, está a de psicologia ambiental. A especialidade dedica-se ao comportamento humano e sua inter-relação com o ambiente. “Esse profissional pode ajudar muito a mitigar impactos de grandes obras ou trabalhar com incorporadoras na definição dos projetos, por exemplo”, diz o professor de psicologia ambiental do Instituto de Psicologia da USP, Gustavo Massola. “É uma área de grande potencial.”

Procura-se. Por outro lado, já há áreas apontadas pelo mapeamento do ECar que, segundo os recrutadores, contam hoje com carência de profissionais habilitados. Exemplos são a engenharia, geografia e física, movimentadas principalmente por projetos de energia limpa, a grande estrela do momento, e de mitigação de riscos ambientais.

“Em geografia, por exemplo, a procura é altíssima. Nós, nas universidades, mal conseguimos dar conta de formar profissionais para a demanda pública, de empresas do governo, quanto mais para a iniciativa privada”, afirma o pró-reitor da USP, Antonio Carlos Hernandez.

Hernandes é professor titular do Instituto de Física no câmpus da cidade de São Carlos (SP). Ele toca um dos diversos projetos em estudo no Brasil para produção em escala de energia solar para uso residencial. “Temos alunos de pós-graduação trabalhando conosco”, conta ele. “Esse mercado não é propriamente novo; ele é uma realidade entre empresas.”

Para Tania Casado, do Ecar, o exemplo do mercado de geração de energia limpa para os físicos é didático porque aponta o caminho de como a economia verde vai modificar o campo de atuação dos profissionais – novos e experientes – de maneira a exigir especializações constantes. “Os profissionais nem sempre precisam mudar o curso que estão estudando ou o que já estudaram para se adaptarem a essas novas exigências. Trata-se de enxergar as grandes áreas de atuação de cada profissão que são demandadas pelo mercado e ampliar a visão do que se pode fazer”, afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/09/2020

Seção: Economia

Autor: Amanda Pupo / BRASÍLIA

Título: ‘Vamos atrair a iniciativa privada com pegada verde’

Entrevista

Rogério Marinho, ministro do Desenvolvimento Regional

Ministro defende novos recursos para obras e diz que sua pasta quer atrair cada vez mais parceiros privados

Um dos protagonistas no debate sobre a injeção de recursos públicos em obras de infraestrutura, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirmou que está em curso uma mudança no perfil da carteira de projetos e ações da pasta para que deixe de ser majoritariamente pública e atraia cada vez mais parceiros privados. “É o processo de pegar um transatlântico, que estava indo em determinada direção, e você ir gradativamente corrigindo seu rumo”, disse o ministro. A aposta de Marinho para atrair os parceiros privados é a certificação “verde” de toda a carteira de todos os projetos coordenados pelo ministério. “Como há hoje muita liquidez (sobra de recursos) no mercado, há também uma propensão para que boa parte desses recursos seja alocada em função dessa pegada ambiental. Nós estamos juntando duas necessidades, da sustentabilidade e do respeito ao meio ambiente com a necessidade econômica.” Marinho esteve no centro de uma crise interna do governo sobre a alocação de mais recursos públicos em obras de infraestrutura para responder aos impactos da pandemia. Seu ministério vai ganhar ainda neste ano, com o de

Infraestrutura, um reforço no Orçamento. “O que eu defendo: que a partir de 1.º de janeiro de 2021 todos os instrumentos de controle fiscal que foram excepcionalizados em razão do decreto de calamidade sejam restabelecidos”, disse. Confira os principais trechos da entrevista do ministro ao Estadão.

A política ambiental do Brasil está em foco, e o sr. comentou que a pandemia ressalta a necessidade de projetos sustentáveis. De que forma?

Toda a carteira do MDR (Ministério de Desenvolvimento Regional) tem essa pegada de sustentabilidade. A aprovação do marco do saneamento nos dá a possibilidade de termos um investimento de quase R\$ 700 bilhões nos próximos dez anos. Se você certifica a carteira, não é só um projeto, isso é muito mais atrativo para o investidor. Como há hoje muita liquidez no mercado, há também uma propensão para que boa parte desses recursos seja alocada em função dessa pegada ambiental. Nós estamos juntando duas necessidades, da sustentabilidade e do respeito ao meio ambiente com a necessidade econômica.

O País tem sido pressionado, em muito por parte dos investidores, justamente por sua política ambiental...

O Brasil é o grande player mundial, nós temos a mais completa e moderna legislação de proteção ambiental. Infelizmente, nós somos vistos de forma diversa. As pessoas do mundo inteiro nos caracterizam como destruidores de floresta, quando, na verdade, o Brasil é o País que proporcionalmente mais preserva as suas florestas.

Com certificação verde e busca por investidores, o ministério vai mudar o perfil de uma carteira que é majoritariamente alimentada com recursos públicos?

Esse é o grande desafio. Nós contratamos uma consultoria via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (a consultoria entrega todos os estudos até o fim do ano) para mudar o conceito da nossa carteira. Hoje temos dois estruturadores de projetos, BNDES e Caixa Econômica, mas eles não têm pernas para fazer frente a todo o volume de ações que estão sendo engendradas pelo ministério. Toda a política de águas é, sem dúvida nenhuma, o maior fator de desenvolvimento humano, e isso está sob nossa coordenação. É uma carteira que envolve o tratamento de esgoto, de resíduos sólidos, de água potável, do estabelecimento de canais de transposição, da perfuração de poços artesianos, revitalização de bacias hidrográficas, por exemplo. Com todo esse manancial de atividades, nós temos a possibilidade de atrair a iniciativa privada, se mantivermos essa pegada de governança, sustentabilidade e meio ambiente.

Por que a carteira do MDR é tão dependente do investimento público, enquanto que os **Ministérios de Minas e Energia** e Infraestrutura já têm um programa de concessões consolidado?

Nesses casos, mudanças foram feitas há 15 anos, 20 anos. No MDR, nós estamos começando isso agora, com o marco zero em março de 2020. É o processo de pegar um transatlântico, que estava indo em determinada direção, e você gradativamente corrigir seu rumo.

Os projetos de saneamento são pulverizados pelo País, justamente pelo fato de a competência não ser da União, mas dos municípios. Como vai funcionar a qualificação desses projetos para uma carteira verde?

A ideia é abranger toda a nossa carteira, onde entra saneamento, iluminação pública, mobilidade urbana, por exemplo. Estamos fazendo um grupo de trabalho com a CBI e até dezembro vamos apresentar um plano com um cronograma de implantação dessa certificação verde.

Como vai funcionar a estruturação desses projetos, já que Caixa e BNDES não têm condições de abraçar todos esses projetos?

Esses dois instrumentos não têm pernas e capacidade de responder a toda a demanda que está sendo criada. Por isso, estamos tratando internamente da remodelação dos fundos de desenvolvimento regionais. Pelo menos nas regiões mais fragilizadas do ponto de vista econômico, que são Norte, Centro-Oeste e Nordeste, a ideia é redefinir o papel desses fundos, para que eles também possam contratar estruturação de projetos e aumentar a amplitude dessa carteira e colocá-las à disposição da iniciativa privada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/09/2020

Seção: Metrópole

Autor: Daniel Weterman/ BRASÍLIA

Título: Senado aprova lei com normas mais duras para barragens

Criado após a tragédia de Brumadinho, texto proíbe construções a montante dos rios e prevê multa de até R\$ 1 bilhão

O Senado aprovou um projeto de lei que endurece as regras para o controle de barragens no País. A medida foi formulada após o rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, que deixou 259 mortos em Brumadinho (MG) no início do ano passado, e o desastre de Mariana (MG), que deixou 19 mortos em 2015 e um grande prejuízo ambiental. A proposta, que enfrenta resistência de empresas do setor de mineração, dependerá de sanção do presidente Jair

Bolsonaro. O projeto estabelece multa administrativa entre R\$ 2 mil e R\$ 1 bilhão a empresas que descumprirem as normas de segurança previstas na medida.

A proposta original do Senado estabelecia valores maiores, de até R\$ 10 bilhões. O Cidadania apresentou emenda para recuperar esse montante, mas a tentativa foi rejeitada. A Câmara diminuiu o valor, argumentando que só assim seria possível viabilizar o pagamento das sanções. As empresas deverão, de acordo com o texto, identificar e avaliar riscos, com definição das hipóteses e cenários possíveis de acidente ou desastre nas barragens. “É uma resposta para a toda a sociedade, principalmente para os que moram perto de barragens e aqueles que perderam familiares”, afirmou a senadora Leila Barros (PSB-DF), autora do projeto.

Para prevenir os desastres, o texto proíbe a construção de barragens de rejeitos de mineração pelo método a montante (no qual se constroem degraus com o próprio material de rejeito), como o de Brumadinho. Há um prazo até 25 de fevereiro de 2022 para as empresas desativarem essas estruturas. O projeto original previa a penalização criminal dos responsáveis, criando o crime de “ecocídio”, mas o dispositivo ficou em outro texto, que ainda tramita no Congresso. Pelo projeto, também haverá a proibição de construção quando houver comunidades na chamada Zona de Autossalvamento (ZAS), no entorno das barragens. O dispositivo preocupa empresas por não haver uma definição clara sobre a delimitação dessa área.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/09/2020

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Impacto ambiental piorou em 2020, diz professor

Um estudo liderado pelo professor Francisco Kelmo, diretor do Instituto de Biologia da UFBA, aponta que os impactos da chegada das manchas de óleo na costa brasileira pioraram em 2020. “O dano foi imenso. Esperávamos observar, em 2020, alguma melhora mas isso não aconteceu”, lamenta o professor. “Uma situação de desequilíbrio biológico grave já se instalou.” Antes da chegada da mancha de óleo, diz ele, havia aproximadamente 88 espécies a cada 35 metros quadrados de praia.

“Em outubro, quando o óleo chegou às quatro praias que monitoramos, esse número caiu para 47. Em 2020, voltamos para as praias em março, maio e julho. Nos três retornos, o número diminuiu para 17. Uma perda de biodiversidade em torno de 80%.” No caso da densidade, até outubro de 2019 havia uma média de

446 organismos vivos a cada 35 metros quadrados de praia, número que caiu para 74 em julho, uma perda de 83% em menos de um ano. Outro aspecto analisado foi o de adoecimento dos corais. Enquanto nos anos anteriores a média anual era de 5% a 6%, chegou a 51% em outubro passado e a 85% atualmente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/09/2020

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Conta de luz cairá na Amazônia e pode subir no Sul e no Sudeste

Bolsonaro reduz custos para o Norte e corta subsídio para energia renovável

O presidente Jair Bolsonaro editou uma medida provisória que prevê redução dos custos da energia elétrica por meio de mudanças em fundos setoriais e cortes de subsídios para fontes de energia renovável.

Estados da região amazônica serão os mais beneficiados, e, para as empresas do setor, essa ajuda será custeada pelos consumidores do Sul e Sudeste.

Assinada na terça-feira (1º), a MP permitirá redução de custos na Amazônia graças a descontos nas cotas da CDE (Conta de Desenvolvimento Energética), um fundo setorial usado pelo governo para financiar políticas públicas no setor elétrico, como o subsídio na conta de luz a consumidores carentes. A CDE é cobrada na conta de luz de todos os consumidores.

Bolsonaro decidiu reduzir as cotas de estados como Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, devido às medidas propostas, estados do Norte terão impactos tarifários “significativamente amenizados”. No Amazonas, por exemplo, será de cerca de 5% amenos. No Acre, 9%, em Rondônia, 11%, e, em Roraima, 13%.

No entanto, ainda não se sabe qual será o impacto final no preço da tarifa paga pelo consumidor.

Nas estimativas do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, no entanto, essa redução de custo não acarretaria aumento para os consumidores de outros estados devido ao corte escalonado nos subsídios concedidos (e pagos pela CDE) para empresas que desenvolvem projetos de energia renováveis.

Por ano, segundo o ministério, esses subsídios vêm aumentando em cerca de R\$ 500 milhões e hoje já acumulam R\$ 4 bilhões anualmente. A ideia é uma redução de até 20% desse montante em cinco anos.

Associações do setor elétrico discordam e preveem que essa diferença será bancada com aumento de custos aos consumidores de outras regiões.

Na mesma medida, Bolsonaro concedeu uma espécie de perdão a dívidas de distribuidoras recém-privatizadas na Amazônia. A medida provisória permite que companhias privatizadas com ágio zero poderão abater de seus empréstimos o montante que exceder o deságio no leilão.

Isso significa que Amazonas Energia e Boa Vista poderão usufruir de perdão integral de suas dívidas (R\$ 2,35 bilhões e R\$ 420 milhões, respectivamente) porque foram vendidas com ágio zero.

O resultado dessa política será uma redução nas tarifas de energia dos consumidores das distribuidoras Amazonas Energia, Boa Vista, Eletroacre, Ceron, Ceal e Cepisa.

Outra mudança para fortificar o saldo da CDE é a possibilidade de transferência de recursos existentes de projetos de pesquisa em eficiência energética e que não foram gastos ou comprometidos para abastecer a CDE.

Pelos cálculos do setor, no momento, existem cerca de R\$ 3 bilhões disponíveis que poderiam ser usados para o abatimento de custo da CDE aos consumidores em 2021.

Após esse primeiro aporte, no mínimo 30% dos novos recursos de pesquisas a serem contratadas deverão ser destinados como receitas da CDE até 2025.

Esse dinheiro dará ainda mais conforto no pagamento dos empréstimos tomados pelas distribuidoras na operação de socorro de R\$ 15 bilhões ao setor na pandemia.

O governo também autorizou a contratação de usinas para produzirem somente a potência que será necessária. Até hoje, os contratos são fechados com potência a mais para evitar desabastecimento ou apagões.

A MP também retirou da Eletrobras obrigações relativas à energia nuclear ao reestruturar a Nuclep e a Comissão de Energia Nuclear (CNEM), abrindo mais espaço para o avanço do processo de privatização da Eletrobras, que antes tinha relação com essas empresas.

Na área nuclear, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) ganhou mais poder para outorgar autorização para a usina de Angra 3, com prazo de 50 anos e compromisso de geração de energia por 40 anos.

O governo ainda estuda a melhor saída para a retomada das obras, paralisadas desde 2015 devido à Operação Lava Jato, que investigou um esquema de corrupção na Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras responsável por Angra 3.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/09/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: 'Os incentivos recebidos já foram suficientes'

ENTREVISTA

Bento Albuquerque / ministro de Minas e Energia

Ministro defende MP que retira subsídios de energias renováveis, como solar e eólica, para evitar reajustes nas contas de luz

No dia que o governo editou uma medida provisória (MP) para segurar os aumentos das contas de luz, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu a decisão do governo de acabar com subsídios a usinas de geração de energias renováveis, como parques eólicos e solares. Esses subsídios são concedidos por meio de desconto nas tarifas cobradas pelo uso de sistemas elétricos de transmissão e distribuição e acabam bancados pelos demais consumidores. Em entrevista ao GLOBO, Albuquerque evitou cravar percentuais de redução nas contas, mas disse que a MP vai evitar uma alta anual de R\$ 500 milhões em encargos que pressionam as tarifas.

O governo editou hoje (ontem) uma MP prometendo impactos positivos nas contas de luz. Qual o efeito dessa MP?

Ela é um complemento da MP 950, que ficou conhecida como Conta-covid e foi focada no ano de 2020. Primeiro, atacamos o problema da liquidez, da inadimplência em 2020. E tínhamos que nos preocupar com os anos subsequentes, para que essa conta não viesse para o consumidor e levasse a um aumento de inadimplência, uma desestabilização. Adotamos medidas que atendem a todos os consumidores brasileiros, diminuindo os encargos nas tarifas, o que vai permitir que, nos próximos quatro anos, nós tenhamos um setor equilibrado. Com novas medidas, a tendência é que o custo da energia seja reduzido.

É possível falar em percentual de redução na tarifa?

Sim. O impacto tarifário é principalmente para os consumidores da Região Norte. Nos estados de Rondônia, Roraima, Acre, Amapá e Amazonas, será entre 5% e 15%, em 2020.

E para os consumidores brasileiros como um todo?

Vários encargos que estavam na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com crescimento da ordem de R\$ 400 milhões a R\$ 500 milhões por ano, não ocorrerão no futuro. E isso é importante. Se você vai crescendo R\$ 500 milhões por ano, esse impacto na tarifa vai ser cada ano maior. Isso nós estamos eliminando. Quando cresce, fica por 20 anos pagando essa conta. Então isso foi um avanço. Trabalhamos para que os reajustes que venham a ocorrer sejam bem assimilados pelos consumidores.

Não é uma interferência no setor?

Nós não estamos determinando valores. Estamos alocando melhor os recursos, em benefício da tarifa para o consumidor. Não estamos dizendo que o megawatt vai custar tanto. Estamos alocando custos. A CDE vai deixar de crescer R\$ 500 milhões por ano. A preocupação também é não transferir a conta para depois. Vamos chegar em 2025 com o sistema equilibrado.

A MP retira subsídios das fontes renováveis. Como justificar essa medida?

A nossa matriz energética é uma das mais renováveis do mundo e continuará sendo. O crescimento das fontes renováveis nos últimos dez anos no Brasil foi muito expressivo. E nosso planejamento decenal já aponta que essas fontes vão ocupar 25% da nossa matriz. Subsídio é para incentivar, e acreditamos que os incentivos que essas fontes receberam foram já suficientes para o desenvolvimento e a sustentabilidade da participação delas na matriz. Os subsídios fizeram o custo cair. Não estamos abrindo mão da energia renovável, muito pelo contrário. E o presidente Jair Bolsonaro adotou medidas que compensam esses subsídios, que é a isenção para importação de equipamentos de energia solar e as debêntures verdes, que têm condições especiais. Esse é um subsídio muito mais republicano do que um subsídio propriamente dito. Hoje, esse subsídio acaba onerando o consumidor. Vamos ter um período de transição de 12 meses, respeitando os contratos vigentes e os que vierem a se concretizar em 12 meses. E, ao final desse período, teremos outras medidas compensatórias.

A MP também fala de Angra 3. Qual a expectativa para a retomada das obras?

O BNDES está terminando a modelagem, o que vai ocorrer até o fim do ano. A partir do início de 2021, a Eletronuclear poderá escolher o seu parceiro, o “epecista” (empreiteiro, de EPC), para concluir a obra. A Eletronuclear está recebendo aportes que vão permitir ter o recurso necessário para financiar a conclusão de Angra 3. Esses recursos serão adquiridos no mercado.

Não vai haver parceiro para a Eletronuclear?

Não. A Eletronuclear vai contratar um “epecista” para terminar a obra. Ela receberá um aporte de R\$ 4 bilhões da União, que vai permitir buscar um financiamento para a conclusão da obra. A nossa previsão é início das operações em 2026.

Há previsão de queda no custo do gás, após o projeto aprovado pela Câmara?

Não há dúvida em relação a isso. Só com o início do desinvestimento da Petrobras e o surgimento de novos agentes no setor, seja na comercialização, seja no transporte do gás natural, já há perspectivas de redução, que variam de 10% a 35% no preço da molécula nos novos contratos. Isso é fruto da abertura do mercado.

O restante da cadeia vai continuar tendo redução de preço. De quanto? Fala-se em 40% a 50%...

Isso é uma expectativa. Evidentemente bastante positiva, mas é muito difícil atestar que vai ser um determinado valor, porque não sabemos o que pode acontecer amanhã, em termos do preço do insumo, da commodity. É um somatório, várias circunstâncias que vão, no final, precificar a molécula.

O Senado aprovou um projeto que cria um fundo para construção de gasodutos com recursos do pré-sal. Qual a posição do governo?

É para vetar. Foi negociado com o Senado Federal, durante a tramitação do projeto de lei, que esse artigo seria vetado. Os gasodutos são importantes, mas, na forma como lá está colocado, você tira recursos do Fundo Social do pré-sal, que são basicamente para educação e saúde, para viabilizar esse tipo de empreendimento, que ainda não se tem certeza da viabilidade econômica. Então, vai ser vetado. E nós entendemos que, com essa abertura do mercado, viabilizamos outros gasodutos de transporte pela iniciativa privada. No gás natural, o mais importante agora é criarmos a demanda, a viabilidade econômica. Aí, toda essa rede de gasodutos e de distribuição virá naturalmente pela mão do mercado.

O governo mudou a estratégia para aprovar a privatização da Eletrobras, começando pelo Senado?

Vai haver mudanças no projeto de lei que encaminhamos no ano passado. Temos trabalhado com o Congresso, tanto com a Câmara quanto com o Senado, e recebemos diversas contribuições. Particularmente, não estamos trabalhando com a perspectiva de que esse projeto poderia ter origem no Senado. Mas isso não quer dizer que ele não venha a ocorrer. O mais importante é o trabalho em cima da ideia da capitalização da Eletrobras.

Há um desejo do ministro da Economia, Paulo Guedes, de privatizar a PPSA. Isso seria uma antecipação receitas?

A PPSA não é privatizável. Ela não tem ativos, é uma gestora de contratos, o que é feito por 55 funcionários. Agora, no que diz respeito à antecipação de receitas, há estudos nesse sentido que estão em andamento, mas ainda não são conclusivos. Não existe essa questão da privatização da PPSA.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/09/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRENN CARVALHO

Título: Bolsonaro assina MP para amenizar alta da conta de luz

Governo edita medida provisória para controlar reajustes até 2025. Foco principal da ação são os estados das regiões Norte e Nordeste do país

O governo do presidente Jair Bolsonaro publicou ontem uma medida provisória (MP) para tentar conter o aumento nas contas de luz até 2025. O foco principal da medida está nos estados do Norte e Nordeste, atendidos por empresas que pertenciam à Eletrobras e foram privatizadas recentemente.

A medida também tenta destravar as obras da usina nuclear de Angra 3. A chamada MP do Consumidor inclui ainda a previsão do fim de alguns subsídios atualmente concedidos para usinas de geração de energias renováveis, como parques eólicos e solares, que pesam sobre os custos da conta de luz.

A MP foi publicada semanas depois de outra medida que permitiu um empréstimo de R\$ 15 bilhões para apoiar o caixa de distribuidoras de energia diante dos impactos do coronavírus sobre o mercado, o que também aliviou reajustes tarifários que deveriam acontecer neste ano.

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

O empréstimo será pago pelos consumidores a partir de 2021 até 2025. A MP tenta amortecer o impacto desse empréstimo nas contas. A MP 988 prevê, entre outras iniciativas, o uso de recursos que seriam destinados por empresas

do setor a programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e iniciativas de eficiência energética para atenuar os aumentos tarifários, assim como verbas de fundos setoriais.

Esses recursos serão transferidos para uma espécie de superfundado do setor, a chamada de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), na qual fica depositada parte dos recursos recolhidos na conta de luz, e que banca medidas como o desconto para consumidores de baixa renda. A CDE tem orçamento anual de R\$ 20 bilhões.

Ao encontrar outra fonte de recursos para abastecer a CDE, o governo reduz a necessidade de tirar esse dinheiro dos consumidores de energia, reduzindo assim o impacto sobre todas as contas de luz.

Em seu texto, a MP define que recursos que iriam para programas de pesquisa e eficiência energética que não estejam comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser usados até o fim de 2025 “em favor da modicidade tarifária”.

A medida provisória também determina que compete ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) conceder outorga de autorização para exploração da usina nuclear de Angra 3. A autorização terá prazo inicial de 50 anos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/09/2020

Seção: Rio

Autor: JAN NIKLAS

Título: Por falta de pagamento, Light corta a luz da prefeitura

Medida atingiu equipamentos culturais da cidade como o Centro de Arte Hélio Oiticica, o Espaço Sérgio Porto e a Lona de Bangu

Equipamentos de cultura administrados pela prefeitura do Rio como o Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica e o Espaço Cultural Sérgio Porto tiveram ontem a energia cortada. A Light afirma que o motivo da suspensão no fornecimento é a inadimplência do município. Segundo a empresa, em agosto de 2018 foi firmado um acordo para o parcelamento de uma dívida no valor de R\$144 milhões. No entanto, desde abril deste ano as parcelas não estariam sendo pagas. A empresa informou ainda que a partir de setembro de 2018 as faturas mensais de consumo do município deixaram de ser quitadas integralmente.

Entre os espaços que ficaram às escuras estão também o Teatro Café Pequeno, a Lona Cultural de Bangu, a Lona Cultural Hermeto Pascoal e a Lona Cultural Jacob do Bandolim.

Procurada, a prefeitura não confirma o valor da dívida mencionado pela concessionária e diz que vinha mantendo tratativas com a Light devido à pandemia. O município acrescentou que, à medida que os serviços são liquidados pelos órgãos, são feitos pagamentos, sendo que alguns teriam ocorrido anteontem.

ESPAÇOS FECHADOS

Na lista dos locais com energia cortada divulgada pela Light constam a Arena Jovelina Pérola Negra (Pavuna) e o Teatro Ipanema. Porém, a Secretaria municipal de Cultura negou que essas estivessem sofrendo com o problema. Por causa da pandemia, a maioria estava fechada ontem, com exceção dos pontos com atendimento presencial da Lei Aldir Blanc, como as lonas de Campo Grande e Realengo.

A Light afirmou que cumpriu todos os protocolos e que, somente este ano, foram realizadas dez reuniões com representantes da administração municipal. A concessionária diz que a prefeitura prometeu apresentar uma proposta de pagamento até o dia 10 de agosto, o que não ocorreu.

Os cortes aconteceram apenas em unidades cadastradas na empresa como serviços não essenciais, atingindo também outros endereços da prefeitura como o Sambódromo, o Parque Madureira e a Riotur. No total, 19 pontos ficaram sem luz, pela lista da Light.

Na última segunda-feira, a prefeitura do Rio anunciou a fase 6 de flexibilização e a decisão de dividir a reabertura dos equipamentos culturais em duas etapas. O plano surpreendeu parte do setor, sobretudo teatros e cinemas, que seguem sem previsão de retomar a operação. O prefeito Marcelo Crivella divulgou que galerias de arte, museus, parques de diversão, bibliotecas e centros culturais estão autorizados a funcionar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/09/2020

Seção: Negócios

Autor: Simone Kafruni

Título: MP pode baratear conta de luz

O governo antecipou, em nova medida provisória, algumas ações que fazem parte do projeto de lei de modernização do setor elétrico. A MP nº 998/2020, assinada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, é um complemento à MP nº 950, que garantiu isenção do pagamento das faturas de energia para os consumidores de baixa renda e viabilizou empréstimos de R\$ 15,3 bilhões às distribuidoras para compensar a queda da demanda devido à pandemia. A nova

medida, segundo o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, vai amenizar impactos tarifários na conta de luz dos consumidores brasileiros.

A médio e longo prazos, segundo o ministro, todos serão beneficiados por reduções em subsídios e alterações na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dois itens que são rateados entre todos os brasileiros na fatura de energia. No entanto, o foco são as empresas privatizadas do Norte. “O objetivo é reduzir o impacto tarifário de todos os consumidores, com dedicação aos do Norte do país, em face de as distribuidoras desses estados — Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima — terem sido as últimas a serem privatizadas”, disse Albuquerque.

Segundo a MP, a redução no impacto tarifário do Amazonas será de 5%, no Acre, de 9%, em Rondônia, de 11%, e, em Roraima, de 13%. “A MP tem outras ações como a redução de subsídios que correspondem a 20% da tarifa elétrica. Ao longo do tempo isso será reduzido e as tarifas dos próximos anos também serão beneficiadas”, afirmou o ministro.

Sócio-diretor da Focus energia, Henrique Casotti explicou que as distribuidoras do Norte teriam recomposição tarifária, mas, como a chamada Conta Covid não foi prevista para esses reajustes, a MP corrige essa distorção. “Quando fala em impacto de mais longo prazo para todos os consumidores, é porque a MP adiciona alguns itens previstos no plano de modernização do setor elétrico, como redução de subsídio e a equalização da CDE”, disse. Atualmente, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste contribuem mais para a CDE do que Norte e Nordeste. (SK)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/09/2020

Seção: Simone Kafruni

Autor: Negócios

Título: ICMS evita preço menor da gasolina

A Petrobras anunciou, ontem, mais um reajuste no preço dos combustíveis. Desta vez, a gasolina terá redução de 3% e o diesel, de 6%. Os novos valores nas refinarias passam a valer a partir de hoje. O impacto no preço será de R\$ 0,1178 no litro do diesel e de R\$ 0,0540, no da gasolina. Hoje, em Brasília, no Plano Piloto, a gasolina é comercializada, em média, por R\$ 4,54. Porém, a redução anunciada pela Petrobras pode nem chegar aos postos.

Segundo o Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), houve reajuste na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A mudança foi

anunciada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária em 24 de agosto e começou a valer nesta semana. No DF, o tributo corresponde a 28% do preço da gasolina.

Antes do reajuste, o preço utilizado como base para cálculo do imposto era de R\$ 4,184 por litro da gasolina comum. Com o aumento, esse valor passa a ser de R\$ 4,473. Por isso, o impacto é de R\$ 0,08 no ICMS, portanto maior do que a redução, calculada em R\$ 0,054. “Para os postos que não aumentaram a gasolina quando houve reajuste da base, essa redução vai praticamente empatar. Quem já aumentou, poderá reduzir”, afirmou o presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares.

Também mudaram as bases de cálculo da gasolina premium, de R\$ 6,21 para R\$ 6,16; do etanol, de R\$ 3,07 para R\$ 3,077; do diesel comum, de R\$ 3,394 para R\$ 3,506; e do diesel S10, que passa de R\$ 3,533 para R\$ 3,599.

CAPAS DE JORNAIS



O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA
(1862 - 1927)

Quinta-feira 3 DE SETEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46342

estadão.com.br

Retomada Verde

Economia verde amplia mercado para carreiras tradicionais

Escritório de Carreiras da USP mapeou profissões relevantes no setor; lista tem de química a psicologia

Cresce entre as empresas o interesse por profissionais que atuam com processos e tecnologias que, direta ou indiretamente, reduzem os impactos ambientais e contribuem para a sustentabilidade corporativa. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que o setor deve gerar 15 milhões de empregos na América Latina até 2030, a maior parte no Brasil. A pedido do Estadão, o Escritório de Carreiras da USP (ECar) mapeou 11 profissões que devem sofrer maior impacto da economia verde. Ao contrário do passado, quando se pensava que a sustentabilidade exigiria a formação

de novas profissões, agora as fichas dos recrutadores recaem sobre carreiras tradicionais, como engenharia, arquitetura, química e até psicologia. O que faz a diferença são especializações estratégicas tanto para a adoção de uma economia verde por parte das empresas quanto para a conscientização dos demais profissionais envolvidos na cadeia de transformação. Formada em Geografia, a mineira Melina Amoni se especializou em climatologia e atua na análise de riscos climáticos e na elaboração de projetos para empresas que precisam reduzir o seu passivo ambiental. **ECONOMIA / PÁG. B10**



Em ascensão. A geógrafa Melina Amoni faz análise de riscos climáticos

Reforma cria dois grupos de servidores sem estabilidade

Aproposta de reforma administrativa do governo prevê duas categorias de futuros servidores que poderão ser demitidos: os com vínculo por tempo determinado e os com vínculo por tempo indeterminado. A estabilidade vai ficar restrita às carreiras de Estado. **ECONOMIA / PÁG. B5**

STJ confirma afastamento por 6 meses de Witzel

A Corte Especial do STJ decidiu, por 14 votos a 1, manter o afastamento do governador Wilson Witzel (PSC-RJ). É a primeira vez que um governador foi afastado do cargo pelo STJ sem ser preso. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Força-tarefa da Lava Jato em SP pede demissão

Os 7 procuradores da força-tarefa da Lava Jato em SP, entre eles a coordenadora Janice Ascari, pediram desligamento da operação. Os procuradores alegam incompatibilidades com a procuradora Viviane de Oliveira Martinez. **POLÍTICA / PÁG. A12**

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	123.899
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.218
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	878
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.001.422
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	48.632
TOTAL DE RECUPERADOS*	3.210.405

'Estadão' abre hoje seminário sobre o tema

O seminário virtual promovido pelo Estadão sobre Retomada Verde começa com quatro painéis, às 10 horas. Autoridades, especialistas e representantes de diferentes setores da sociedade discutirão assuntos relacionados ao tema. **METRÓPOLE / PÁG. A20**

ENTREVISTA

Rogério Marinho, ministro do Desenvolvimento Regional

'Vamos atrair a iniciativa privada com pegada verde'

O ministro afirmou que está em curso uma mudança no perfil de ações da pasta. A aposta para atrair os parceiros privados é a certificação "verde" de toda a carteira de projetos coordenados pelo ministério. **PÁG. B7**

NOTAS & INFORMAÇÕES

O perigo da ignorância

O presidente Jair Bolsonaro alargou os limites do seu descaso pela saúde pública, já bastante clássicos, ao encorajar campanha contra uma vacina que ainda não existe. **PÁG. A3**

Pauta comercial e de governo

Comércio externo tem problemas que resumem os entraves ao desenvolvimento. **PÁG. A3**

Tempo em SP 15 Min. 29 Min.



Lobo-guará já circula

Colecionador exibe uma das primeiras cédulas de R\$ 200; serão impressas neste ano 450 milhões de unidades da nota. **ECONOMIA / PÁG. B6**

NA QUARENTENA

OS REFUGIADOS E SUA HISTÓRIA

Livro aborda a questão das migrações a partir da história de 20 refugiados que vivem no Brasil. **PÁG. H1**

William Waack

A principal luta política de Bolsonaro foi abandonada. Na prática, o governo desistiu de controlar despesas via reforma administrativa. **POLÍTICA / PÁG. A12**

Corticoide reduz mortes por covid em casos graves

Medicamentos corticoides (grupo de anti-inflamatórios de baixo custo) reduzem a mortalidade em pacientes com quadro grave de covid-19 e diminuem tempo de internação. Estudo publicado nos EUA testou três remédios dessa classe. **METRÓPOLE / PÁG. A20**



NOVO **TIGGO 5X 2021**
FULL CONNECT
1.5 TURBO
DUAL CLUTCH

O DEVORADOR DE COMPARATIVOS.

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

VerCarros.com.br
CADA VEZ MELHOR
QUALIDADE, TECNOLOGIA E DESIGN

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921



UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 * Nº 33.391

QUINTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Prefeitos em SP calibram volta às aulas por votos

Prefeitos paulistas têm se pautado em pesquisas de opinião pública e em cálculos políticos para decidir quando reabrir escolas.

Como pais se mostram inseguros e sindicatos de professores pressionam, prefeituras estão postergando a decisão, apesar de o governo estadual considerar segura a volta a partir do dia 8. Saúde B1

STJ mantém Witzel afastado do governo por seis meses

Por 14 votos a 1, tribunal referenda decisão monocrática; interino já planeja troca de secretários no Rio

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) manteve ontem o afastamento de Wilson Witzel do Governo do Rio de Janeiro por seis meses. O ex-juiz foi denunciado por corrupção pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

Por 14 a 1, a corte especial do STJ referendou decisão monocrática do ministro Benedito Gonçalves, que suspendeu o chefe do Executivo fluminense. Em uma rede social, Witzel afirmou respeitar o resultado.

"Mas reafirmo que jamais cometi atos ilícitos", disse. Com o voto do tribunal, o vice-governador Cláudio Castro (PSC), que também é investigado e tem se aproximado dos Bolsonaro, seguirá no comando do estado.

Castro tem sinalizado o desejo de substituir secretários já na semana que vem. A expectativa é que a mudança seja ampla para demonstrar ruptura. Em gesto para a Assembleia, pode aceitar indicações dos deputados.

A Casa analisa o impeachment de seu antecessor. O interino pretende ainda consultar o clã presidencial sobre a sucessão na Procuradoria-Geral de Justiça do Rio, onde tramita o caso da "rachadinha". Poder A4 e A6

ENTREVISTA
Denis Mizne

Pandemia não pode fechar escola para sempre

Diretor-executivo da Fundação Lemann, voltada à educação, diz ser necessário reabrir as escolas com os devidos protocolos, diante de enormes prejuízos para a saúde mental e para o aprendizado. "Corremos o risco de retornar essa discussão apenas em 2021 e ficar sem aula no ano que vem também." Saúde B2

Com mais casos, EUA reavaliam aulas presenciais

O retorno às aulas presenciais de parte dos estudantes nos EUA provocou insegurança em meio ao aumento de casos de Covid-19 e fez com que diversos estados reavaliassem o processo de reabertura das escolas. Nova York adiou o início do ano letivo em 11 dias. Saúde B2



Nikolay Doychinov/AFR

PROTESTO REÚNE MILHARES NA BULGÁRIA CONTRA PREMIÊ

Policial lança spray de pimenta na direção de manifestantes na capital, Sófia; atos que pedem renúncia de Boiko Borisov já duram quase dois meses Mundo A12

Na Espanha, repique de Covid registra recorde

O número de novos casos de Covid na Espanha nos 14 dias encerrados na terça (1º) foi recorde desde o início da pandemia, segundo relatório. A nova onda, porém, não tem maior registro de mortes. A idade média dos infectados agora é de 37 anos, frente 60 no primeiro pico. Mundo A13

M. Hermínia Tavares
A conversa necessária

Os democratas de esquerda têm de reconhecer que são — e sempre foram — minoria nas urnas. A arte da conversa necessária para barrar a ascensão das forças antidemocráticas requer delicadeza, para não transformar competidores no primeiro turno em desafetos. Opinião A2

AUDIÊNCIA/MÉS
PÁGINAS VISTAS 189.213.054
VISITANTES ÚNICOS 35.510.663

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	4 mi	123,9 mil
Ontem*	39,9 mil	878
Varição**	-3,6%	-11,2%

Estágio Reduzido

Estágios da pandemia
 Acelerado
 Estável
 Desacelerado
 Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	30,7 mil
2º RJ	16,3 mil
3º CE	8,5 mil

Situação nos municípios

Acelerado
 Porto Alegre (RS)
 Joinville (SC)
 Limeira (SP)
 Canoas (RS)

Estável
 Curitiba (PR)
 Belo Horizonte (MG)
 Goiânia (GO)
 Ribeirão Preto (SP)

Dados das 20h de 2 set
 *Média móvel de 7 dias
 **Em relação a 14 dias



Mercado A20

A nota de R\$ 200

Cinza e sépia e com imagem do lobo-guará, nova cédula entra oficialmente em circulação

Turismo B11

Hotéis ostentam novos protocolos de limpeza para voltar a atrair hóspedes

Folhinha B12

Lançado há 120 anos, 'Mágico de Oz' ainda cativa leitores e continua atual

OPINIÃO A2

Campanha antivacina
 Sobre fala de Bolsonaro a respeito da imunização.

Milícia de crachá

Acerca dos "Guardiões do Crivella" no Rio de Janeiro.

Ilustrada B7

Estreia de 'Mulan' direto no streaming pode arrasar as salas de cinema

Esporte B13

CBF coloca mulheres à frente do futebol feminino e iguala diária entre seleções

Menina teria atirado em amiga intencionalmente

Para a polícia, a jovem de 14 anos envolvida no disparo que matou amiga em condomínio de Curitiba teria disparado intencionalmente. Ela e o pai foram implicados no crime. B5

PAINEL

Bolsonaro derruba trava de Guedes para concursos

Pressão do governo Bolsonaro fez cair parecer que restringia recrutamentos até o fim de 2021. A trava tinha sido incluída por iniciativa de Paulo Guedes em projeto de lei complementar para conter gastos com funcionalismo. Poder A4

Flordelis diz estar sendo condenada sem julgamento

A deputada Flordelis (PSD-RJ), denunciada como suspeita de planejar o assassinato do marido, afirmou em rede social que tem sido condenada sem direito à defesa. "Minha inocência será provada." A Câmara iniciou o processo que pode levar à cassação da parlamentar. Cotidiano B6

Justiça decreta prisão de Mauricio Norambuena

Um dos sequestradores de Washington Olivetto em 2001, chileno teve prisão decretada pela Justiça de Minas por suposto elo com PCC por lavagem. Ele cumpre pena no Chile. B5

MP deve elevar tarifa de energia de Sul e Sudeste

Uma medida provisória assinada na terça (1º) prevê redução dos custos de energia por meio de mudanças em fundos setoriais e cortes de subsídios. Estados amazônicos serão os mais beneficiados. Para o setor, isso será custeado por consumidores de Sul e Sudeste. Mercado A18

Presidente quer expandir verba de publicidade oficial

Jair Bolsonaro quer reservar R\$ 495,5 milhões no Orçamento de 2021 para comunicação institucional. Trata-se de forte expansão dos gastos previstos inicialmente para 2020 (R\$ 124,5 milhões). O TCU, porém, concluiu faltar critério técnico para distribuição a TVs abertas. Poder A8

País chega a 4 milhões de infectados por vírus

O Brasil ultrapassou ontem a marca de 4 milhões de casos de Covid-19 registrados desde o fim de fevereiro. O total de mortos pelo coronavírus aumentou para quase 124 mil. B4



DESVIO DE RECURSOS

Por 14 a 1, STJ confirma afastamento de Witzel

Provas contra governador foram consideradas contundentes

A Corte Superior do Superior Tribunal de Justiça (STJ) votou por 14 a 1 para afastar o governador do Rio, Wilson Witzel, por 10 dias. Por 14 votos a 1, os ministros do STJ confirmaram o afastamento de Witzel por 10 dias.

Os ministros do STJ confirmaram o afastamento de Witzel por 10 dias. Os ministros do STJ confirmaram o afastamento de Witzel por 10 dias.

Os ministros do STJ confirmaram o afastamento de Witzel por 10 dias. Os ministros do STJ confirmaram o afastamento de Witzel por 10 dias.

Reforma prevê contratação de servidor sem estabilidade

A reforma da administração pública prevê a contratação de servidores sem estabilidade. A reforma da administração pública prevê a contratação de servidores sem estabilidade.

ENTREVISTA

UM EX-DEPUTADO PASSA A SER O ESTADO

'Guardiões do Crivella' querem disputar eleição

Os guardiões do Crivella, os deputados estaduais do Rio de Janeiro, querem disputar a eleição para governador. Os guardiões do Crivella, os deputados estaduais do Rio de Janeiro, querem disputar a eleição para governador.

ENTREVISTA

Fim do ciclo de violência na região do Rio de Janeiro

Professores não pagam, a educação cultural vive a luz verde

Os professores não pagam, a educação cultural vive a luz verde. Os professores não pagam, a educação cultural vive a luz verde.

ENTREVISTA

Novo modelo de ensino de Física no Brasil

Professores não pagam, a educação cultural vive a luz verde

Os professores não pagam, a educação cultural vive a luz verde. Os professores não pagam, a educação cultural vive a luz verde.

ENTREVISTA

Argumento de que o Brasil é um país de baixa renda

'Tendência é que custo da energia seja reduzido'

O custo da energia tende a ser reduzido. O custo da energia tende a ser reduzido.



Herança pode impedir a entrada de novos investimentos

Herança pode impedir a entrada de novos investimentos. Herança pode impedir a entrada de novos investimentos.

NOTÍCIAS

Fuê 5 gols no Bahia

O Bahia venceu o jogo de ontem por 5 a 0. O Bahia venceu o jogo de ontem por 5 a 0.

Interprete o Brasil

O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0. O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0.

Exatidão no campo

O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0. O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0.



Variações obrigatórias e saída para controlar Covid, de um dia para o outro

Variações obrigatórias e saída para controlar Covid, de um dia para o outro. Variações obrigatórias e saída para controlar Covid, de um dia para o outro.

NOTÍCIAS

O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0. O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0.

NOTÍCIAS

O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0. O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0.

O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0. O Brasil venceu o jogo de ontem por 2 a 0.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1801; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.321 • 68 PÁGINAS • R\$ 2,50



Ana Rayssa/CBDA Press

ENTREVISTA | Ibaneis Rocha

Governador vê DF saindo da pandemia e critica prisões

» ALEXANDRE DE PAULA » DENISE ROTHENBURG

A crise mundial provocada pelo novo coronavírus não estava no script do chefe do Executivo local. "A pandemia pegou todos de surpresa. Todas as áreas. Abateu a todos, comércio e empresas", lamenta o governador Ibaneis Rocha (MDB). Mas ele avalia que o pior no Distrito Federal já passou. Lamenta, porém, a detenção da cúpula da Saúde do DF em meio à investigação do Ministério Público sobre suposta fraude na compra de testes de covid. "Sou advogado e não vi ali nenhum fato que pudesse levar a essa prisão, mas é direito do Ministério Público fiscalizar e é direito da Justiça decidir", diz. "Agora, caso seja comprovado, cada um com a sua culpa. É bom deixar claro isso. Tenho convicção de que não participei de nenhum desses atos e, até que se apresente a denúncia e se faça a defesa, eu os tenho como inocentes."

PÁGINAS 17 E 18

Cinemas e teatros já podem reabrir as portas em Brasília

PÁGINA 19

Trump quer aplicar vacina nos EUA antes das eleições

PÁGINA 13

Lava-Jato tem debandada em São Paulo

Um dia depois da saída de Dallagnol, o núcleo paulista da operação ficou sem sete procuradores. Eles pediram desligamento descontentes com atos do comando da PGR em relação à força-tarefa, sob risco de desmonte. PÁGINA 4

Show à parte na rodada

Com grande exibição de Pedro, autor de dois gols, o Flamengo derrotou o Bahia e reconstrói o bom futebol. Inter segue na liderança. PÁGINA 15



Streaming

Qual plataforma tem mais a ver com você?

PÁGINA 24



Revolução mais próxima

A transformação da educação por meio da presença cada vez maior da tecnologia foi antecipada pelo isolamento social da covid-19. Diante disso, escolas, professores, pais e alunos estão descobrindo novos caminhos e aprendendo lições preciosas para o período pós-quarentena. CADERNO ESPECIAL

Reforma terá três tipos de contratação de servidores

Proposta de mudança na estrutura administrativa do Executivo será enviada em fases ao Congresso. Apenas carreiras típicas de Estado terão estabilidade. Haverá concursados com risco de dispensa e, também, contratos temporários. Parlamentares acreditam que algumas propostas atingirão os atuais funcionários. PÁGINA 2



R\$ 200 na mão — Athos Camargo foi o primeiro brasileiro a conseguir a nova cédula. A nota, com estampa do tubo-guarã, começou a circular e atraiu colecionadores ao Banco Central. PÁGINA 8

STJ agrava mais a situação de Witzel

Colegiado do tribunal confirma, por 14 a 1, o afastamento do cargo do governador do Rio por 180 dias. Acusado de fraude na saúde, o ex-juiz terá que se defender, agora do processo de impeachment. PÁGINA 5



CLASSIFICADOS: 3342.1000 - ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 - assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA